



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681381 - SP (2021/0227023-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO SHIMIZU - SP281123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WESLEY JOVENCIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WESLEY JOVENCIO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal n. 1502030-31.2020.8.26.0616).

O paciente, preso em flagrante, teve a prisão convertida em preventiva e, posteriormente, foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, c/c o art. 61, inciso II, alínea *j*, do Código Penal.

Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo.

O impetrante sustenta a nulidade do flagrante, uma vez que teria sido realizado por Guardas Municipais, em desrespeito aos arts. 144 da Constituição Federal e 244 do Código de Processo Penal.

Alega, ainda, o excesso de dosimetria, haja vista que a reincidência teria sido utilizada na primeira e na segunda fases da aplicação da pena (*bis in idem*).

Requer, liminarmente e no mérito, a nulidade das provas colhidas, com a consequente absolvição do paciente ou, subsidiariamente, o redimensionamento da reprimenda.

É o relatório. Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que os pedidos de reconhecimento de ilegalidade da prisão efetuada por guardas civis municipais e de redução da pena são claramente satisfativos, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência